

Prezados associados, é importante destacar, ainda, que a Adpesp vem ganhando cada vez mais espaço espontâneo na mídia. Abaixo, listo as últimas inserções para seu conhecimento.

VEÍCULO	TÍTULO DA REPORTAGEM	PUBLICADO EM	LINK DA NOTÍCIA
Jornal da Tarde	A Falência da Segurança Pública	04/02/2011	http://migre.me/4blLQ
Bom Dia SP/G1	Faltam delegados no interior de São Paulo	25/02/2011	http://migre.me/4bkVj
Estado de S. Paulo	Polícia paulistas migram por salário	02/03/2011	http://migre.me/4bl16
Folha de S. Paulo	Procura-se delegados em um terço das cidades paulistas	06/03/2011	http://migre.me/4bl71
Folha de S. Paulo	Delegacias sem delegados	08/03/2011	http://migre.me/4blDE
Folha da Região	Adpesp: "a gratificação pelo acúmulo é uma esmola"	13/03/2011	http://migre.me/4bkbs
Diário de S. Paulo	A fuga dos delegados / Êxodo policial no estado de SP	13/03/2011	http://migre.me/4bkvd
Diário de S. Paulo	Delegados de SP ameaçam greve	14/03/2011	http://migre.me/4bkSW
Diário de S. Paulo	Alckmin garante aumento para delegados	15/03/2011	http://migre.me/4bk0H
Estado de S. Paulo	Entidade pede fechamento de DPs em cidades de SP	18/03/2011	http://migre.me/4c8xq
SPTV 2ª edição/G1	Alckmin afirma que governo não irá fechar delegacias	18/03/2011	http://migre.me/4bGt3
CartaCapital	O secretário sem segurança	22/03/2011	http://migre.me/4bjQw
TEM Notícias	Alckmin reafirma compromisso com Adpesp	22/03/2011	http://migre.me/4bjhP
Folha de S. Paulo	A cada duas semanas, um delegado deixa cargo em SP	22/03/2011	http://migre.me/4bjOx
Folha da Região	Estado mata doente para livrá-lo da doença	22/03/2011	http://migre.me/4bF4s
Jornal O Debate	Fechar delegacias, um absurdo	22/03/2011	http://migre.me/4c8Dq
R7	Governo fará proposta de aumento salarial em junho	23/03/2011	http://migre.me/4bjXO
RedeTV! News	Baixo salário faz delegado de SP desistir da carreira	24/03/2011	http://migre.me/4bj51
SBT Brasil	A cada duas semanas, um delegado deixa o cargo	24/03/2011	http://migre.me/4bj9m
Estado de S. Paulo	A Polícia Civil em crise	29/03/2011	http://migre.me/4biYM
Jornal da Tarde	Procuram-se delegados	03/04/2011	http://migre.me/4blGn
Jornal Ronda 24h	Dra. Marilda Pansonato Pinheiro	07/04/2011	http://migre.me/4fp5R
Diário de S. Paulo	Concurso busca delegados	10/04/2011	http://migre.me/4fp4m
Diário do Grande ABC	Polícia reclamam da postura do Estado	11/04/2011	http://migre.me/4fpea
Fala que eu te escuto	O salário dos delegados	12/04/2011	http://migre.me/4fp7v
Balanço Geral	A cada 15 dias, um delegado abandona função em SP	21/04/2011	http://migre.me/4n1nu

Palavra da PRESIDENTE

Edição 03 - Abril de 2011



Adpesp continua as negociações com Governo

Prezado associado,

Na próxima semana, retomaremos as negociações com o Governo sobre os nove itens já citados e discutidos anteriormente em encontro na Adpesp. Na ocasião, mais de 100 colegas compareceram e concordaram em esperar o prazo estipulado pelo Governo (Julho).

A nova reunião já está agendada com o Secretário da Gestão Pública, Julio Semeghini, quando será definida a comissão técnica – formada por nossos associados – para trabalhar junto à Gestão.

Não esperamos resposta negativa em Julho, mas, para nos resguardarmos, já foram criadas ações estratégicas que serão colocadas em prática como forma de desgaste político pelo possível descumprimento por parte do Governo.

Aproveite a oportunidade para enviar-lhes a proposta (minuta) do Novo Estatuto e relatório financeiro das colônias e subseções. Peço, por favor, que leiam e opinem, pois ambos são pauta para a Assembleia-Geral, que acontecerá em Junho. As sugestões po-



Esta é a minuta do Novo Estatuto e o Relatório Financeiro das colônias e subseções. Opinem!

dem ser encaminhadas via correio, no endereço da Adpesp, aos meus cuidados, ou através do e-mail: secretaria.diretoria@adpesp.com.br

Marilda Pansonato Pinheiro

ADPESP - ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Site: www.adpesp.org.br
 Dúvidas críticas e sugestões podem ser enviadas pelo e-mail: imprensa@adpesp.com.br
 Av. Ipiranga, 919, 11 andar, São Paulo - CEP 01039-902

Acompanha a ADPESP nas redes sociais



Mandados de segurança, ações especiais e outros tipos de petições estão na lista de ações coletivas protocoladas pelo nosso departamento Jurídico. Reformulado há cerca de um ano, o departamento, que hoje é coordenado pelos advogados Tadeu de Oliveira e Fabíola Machareth, já conta com uma guinada de ações coesas com o momento político da Associação e do estado. Recentemente, o Jurídico divulgou um relatório com 17 ações coletivas, descritas e explanadas claramente, prestando contas sobre o andamento do setor. Confira o resumo dessas ações abaixo:

1 – Ação aposentadoria especial.

Objetivo: regulamentação da aposentadoria especial prevista no artigo 40, § 4º da CF.

Número do Processo: 755/2007

Tipo de Ação: Mandado de Injunção.

Local de tramitação: Supremo Tribunal Federal - Brasília DF.

Resultado (procedência): reconhecimento da mora legislativa e supressão da falta de norma regulamentadora disposta no § 4º do artigo 40 da CF nos termos do artigo 57 da lei nº 8.213/91.

2 - Mandado de Segurança Coletivo – Adicional de Local de Exercício (ALE).

Objetivo: pagamento integral do Adicional (ALE) aos aposentados que atualmente apenas percebem parte do adicional ou ainda, nada estão recebendo.

Número do Processo: 0527385-17-2010.8.26.0000

Tipo de Ação: Mandado de Segurança Coletivo

Local de Tramitação: órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Resultado: ação em trânsito

Despacho : indeferimento liminar. Solicitem-se informações. Cite-se a litisconsorte necessária (Fazenda do Estado).

Protocolado Recurso de Agravo Interno Regimental pela negativa da concessão da Liminar no processo ALE

3 - Ação Coletiva Preventiva para impedir a “remoção” de delegados designados para a

Operação Verão no final do ano - 2010;

(Objetivo: impedir sejam os delegados “classificados” obrigados a transferir suas atribuições e serviços para outras Delegacias localizadas nos municípios da baixada santista)

Número do Processo: 00042198-44.2010.8.26-0053

Tipo de Ação: Mandado de Segurança

Local de Tramitação: 3º Vara da Fazenda Pública – Foro central - Fazenda Pública/Acidentes.

Resultado: sentença prolatada que reconheceu a falta de obrigatoriedade da participação dos srs Delegados de Polícia da operação verão 2010, a inexistência de coação ante a voluntariedade da transferência temporária das funções.

4 - Ação Ordinária para Declaração de Nulidade da “Operação Verão” praticado todos os anos pela Administração.

(Objetivo: declarar a nulidade da Operação Verão e proibição do ato para os anos seguintes por violação ao Princípio da Legalidade e garantias ínsitas ao cargo dispostos em Lei Orgânica, falta de aprovação do Conselho da Polícia Civil e outras irregularidades).

Número do Processo: 0003413-76.2011.8.26.0053

Tipo de Ação: Ação Ordinária

Local de Tramitação: 12ª Vara da Fazenda Pública – foro central - Fazenda Pública/Acidentes.

Situação processual: citação da ré.

5 - Mandado de Injunção – obtenção de fixação da base de cálculo do adicional de Insalubridade, realizado de forma inconstitucional (salário mínimo).

objetivo: sanar a omissão legislativa que impede o recebimento do adicional de insalubridade com base constitucional.

Número do Processo: MI 3247

Tipo de Ação: Mandado de Injunção

Local de Tramitação: Supremo Tribunal Federal – Brasília DF.

Resultado: ação em trâmite.

7 - Mandado de Segurança Coletivo – paridade remuneratória.

Objetivo: ordenar à autoridade coatora proceda a suspensão dos atos de indeferimento de pedidos de aposentadoria sem o reconhecimento da paridade remuneratória.

Número do Processo: 0392045-04.2010.8.26.0000

Tipo de Ação: Mandado de Segurança Coletivo.

Local de Tramitação: órgão especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Resultado: ação em trâmite.

9 - Ação Coletiva GAT – Decap e Demacro.

Objetivo: o pagamento do GAT para delegados assistentes, e delegados que acumulam Ciretran e Detran e Plantão.

Número do Processo: 0003414-61.2011.8.26.0053

Tipo de Ação: Mandado de Segurança Coletivo.

Parte contrária: Delegado Geral de Polícia.

Local de Tramitação: 3ª Vara da Fazenda Pública.

Resultado: indeferimento liminar antes da prévia oitiva da Administração.

10/02/11 Vistos. 1. Indefiro a liminar sem prévia oitiva da Administração, pois o provi-



Tadeu de Oliveira e Fabíola Machareth - Coordenadores do Jurídico

mento, em tese, será eficaz acaso concedido a final. Por ora, também, há risco de dano inverso quanto ao pedido para que cesse a obrigatoriedade do acúmulo de serviço em razão da essencialidade do serviço público prestado. Assim, a liminar poderá ser reapreciada após as informações. 2. Notifique-se a autoridade coatora para que preste informações em 10 dias. Cientifique-se a Fazenda do Estado de São Paulo para que integre a lide acaso queira. 3. Oportunamente, ao Ministério Público. Int.

10 - Ação Coletiva para reconhecimento do quinquênio e sexta-parte como padrão de vencimento.

Objetivo: reconhecimento judicial do quinquênio e sexta-parte como integrantes do padrão de vencimento.

Número do Processo: 0019852-30.2011.8.26.0000

Tipo de Ação: Mandado de Segurança Coletivo.

Parte contrária: Governador do Estado de São Paulo.

Local de Tramitação: órgão especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Resultado: ação em trâmite.

11 - Ação Popular – RETP

Objetivo: ressarcimento dos cofres públicos, cessação do pagamento mensal, perpetrados pelo Comando da Polícia Militar do Estado, caso seja considerado ilegal a forma de cálculo que considera o padrão de vencimento e todas as demais vantagens pecuniárias para o efetivo

cálculo do RETP, em contradição à fórmula prevista na legislação.

Número do Processo: 0041659-78.2010.8.26.0053

Tipo de Ação: Ação Popular.

Local de Tramitação: 13ª Vara da Fazenda Pública.

Resultado: ação em trâmite.

13/03/11 – Mandado Juntado

20/01/2011 Mandado de Citação Expedido

30/12/2010 Recebidos os Autos do Ministério Público

22/12/2010 Decisão Proferida

O pedido de liminar somente será apreciado após a formação do contraditório,

inexistindo risco de dano irreparável nessa medida. Importante notar que a situação retratada está estabelecida há muitos anos e qualquer interferência abrupta implica em imediata redução de vencimentos de toda uma categoria de servidores, motivo pelo qual a questão merece reflexão após manifestação das Autoridades apontadas como rés nesta demanda popular. Outrossim, em linha de princípio a questão patrimonial pode ser recomposta a qualquer momento. Citem-se. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intime-se.

12 - pedido de instauração de inquérito civil perante a Procuradoria de Justiça do Estado de São Paulo;

Objetivo: instruir e formar base para a instauração de Ação Civil Pública a ser promovida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo a fim de buscar a responsabilização dos envolvidos no ato possivelmente ilegal (percepção do RETP em desacordo com a legislação), com as consequências punições no âmbito administrativo.

Número Protocolo: 0134329/10

Tipo: inquérito civil.

Local de Tramitação: Procuradoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo.

Resultado: em trâmite.

13 - pedido de instauração de inquérito policial perante o DPPC – RETP;

(objetivo: apurar possíveis ilícitos e desvios funcionais no que concerne as questões envolvendo o RETP da polícia militar do Estado de São Paulo).

Número Protocolo: 1046/10

Tipo: inquérito policial.

Local de Tramitação: Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania da Capital SP.

Resultado: em trâmite.

14 - pedido de instauração de procedimento administrativo perante a Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo - RETP;

Objetivo: levar ao conhecimento formal do Governo do Estado de São Paulo sobre as práticas do Comando da Polícia Militar do Estado a respeito do RETP).

Tipo: Local de Tramitação: Casa Civil.

Resultado: em trâmite.

15 - pedido de instauração de inquérito policial episódio da Rua 25 de março;

Objetivo: apurar crime de abuso de autoridade e de usurpação de função pública – episódio da Rua 25 de março.

Tipo: Local de Tramitação: Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania.

Resultado: em trâmite.

16 - Ação Coletiva para reconhecimento da Aposentadoria Especial nos moldes concedidos no MI 755 pelo Supremo Tribunal Federal.

Objetivo: ordenar o cumprimento pela Administração do direito à aposentadoria especial nos moldes do MI 755, ou seja, aos 20 anos de serviço estritamente policial

Número do Processo: 0030723-22.2011.8.26.0000

Tipo de Ação: Mandado de Segurança Coletivo.

Local de Tramitação: órgão especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Situação processual: 23/02/2011 Recebidos os Autos pelo Processamento de Grupos e Câmaras

23/02/2011 Negado pedido liminar, reversibilidade da medida. Requisitado informações.

17 - disponibilização pelo site Adpesp do modelo de requerimento administrativo para

postular aposentadoria com 20 anos de atividade policial.

objetivo: auxiliar o associado a formular pedido de aposentadoria especial perante a Administração. O modelo fica permanentemente no site.

Festa sem bolo Polícia Civil de São Paulo não tem motivo para comemorar

Por Marilda Pansonato Pinheiro

Neste último 21 de abril, dia em que as polícias completam aniversário, a Polícia Civil do Estado de São Paulo não tem motivo para comemorar. O dia, contudo, é simbólico e merece nosso respeito. A data foi escolhida para homenagear o patrono das polícias, o então alferes Tiradentes, símbolo de mártir durante a Inconfidência Mineira. E, passados mais de 200 anos do triste episódio, temos um novo símbolo de sofrimento: os profissionais da Polícia Civil.

Os problemas da instituição vão desde os administrativos (estrutura precária e carência de tecnologia, dentre outros) até a falta de perspectiva na carreira. A figura do delegado, por exemplo, um dos responsáveis por garantir o Estado Democrático de Direito, está em extinção em São Paulo. Em cinco anos, o estado já perdeu 126 profissionais para carreiras e salários mais atrativos em outros estados. É como se um delegado deixasse o cargo a cada duas semanas. Sem contar os que se aposentam e os delegados que morrem depois de dedicar anos de suas vidas para a Polícia Civil.

O principal motivo se deve pelo aviltamento dos salários, que se agravou no último governo. Hoje, um delegado em começo de carreira recebe R\$ 5,8 mil, isso se estiver lotado em cidades com mais de 500 mil habitantes. Em cidades menores, ganha R\$4,5 mil. Já os Delegados da Polícia Federal ganham R\$ 14 mil mensais. No Ministério Público – carreira tão importante quanto a de Delegado para a comunidade jurídica, o salário inicial é de R\$ 19. É nítido o desprestígio e a discrepância no tratamento aqui no estado de São Paulo.

A remuneração dos delegados paulistas é menor que estados carentes como Piauí, Maranhão e Ceará. Esses profissionais também convivem com a realidade de dar suporte para 31% dos municípios do estado que não contam com delegados titulares. Como se não bastasse, ainda enfrentam uma crise de plantões do Decap e do Demacro.

O estado de SP necessita, urgentemente, de uma Política de Segurança séria e comprometida com a sociedade – principal prejudicada com a inércia dos nossos governantes.

E para um futuro bem próximo, nós da Polícia Civil, esperamos comemorar a consolidação da instituição e não a sua perda de identidade que é a vontade política de muitos ao tentar incorporá-la com a Polícia Militar.

Queremos, ainda, assoprar as próximas velas do bolo comemorando o reconhecimento da nossa carreira como Jurídica e brindar com a aprovação do nosso Projeto de Reestruturação, que está parado há uma década por falta de vontade Política.

Por fim, o dia merece reflexão e não festa.